

A literatura, a diferença e a condição intelectual¹

Benjamin Abdala Junior
(USP)

¹ Saudação aos congressistas. In: *IV Congresso ABRALIC. Literatura e diferença. Anais*. São Paulo: ABRALIC, 1995. p. xxxiii-xxxv.

Na sessão de abertura do IV Congresso ABRALIC, realizado na Universidade de São Paulo, articulado em torno do tema *Literatura e diferença*, destacamos o fato de que a situação político-cultural que então vivíamos tornava cientificamente importante que nossas pesquisas em literatura enfatizassem suas vinculações supranacionais, como estratégia para fazer face ao vertiginoso processo de standardização do mercado globalizador. Relevamos, em especial, perspectivas de estudos comparados que contemplassem diferenças com base nos comunitarismos. Explicitamos o fato de que, para nós brasileiros, eram particularmente interessantes estudos voltados para a ampla bacia cultural que nos envolve, contemplando assim os complexos horizontes culturais ibero-afro-americanos. A ênfase no comunitarismo cultural seria, assim, uma das estratégias de estabelecimento de contrafluxos à unilateralidade do processo de americanização do mundo, para nos valer dos modelos de leitura de uma sociedade que se organiza em rede e tende à supranacionalidade.

A “diferença”, que nos conduzia ao tema do congresso, era vista, dessa forma, no contra-pólo dos insulamentos de correntes críticas que identificavam diferença com uma espécie de guetização. Diferença seria uma forma de propiciar reflexões críticas abertas, a partir de margens não hegemônicas, sem confinamento ao local, ao étnico e mesmo ao nacional. Logo, uma perspectiva avessa aos particularismos fechados, tais como se desenhavam, por exemplo, nos movimentos dos negros norte-americanos. Tratava-se de uma diferença movida pelos embates produtivos de sua própria diversidade e se abria aos comunitarismos em suas vinculações supranacionais, sejam elas culturais, étnicas, de gêneros, etc.

Essa não circunscrição conceitual da diferença às fronteiras

fechadas de grupos étnicos ou do estado-nação e a tendência da globalização para um mundo sem fronteiras, não obstante, não implica desconsiderar a existência concreta desse mesmo estado e seus instrumentos de poder, que continuavam a atuar na vida social. Mais, os estados voltados para o bem-estar de sua rede social poderiam desempenhar papéis efetivos nessas articulações supranacionais inclinadas ao comunitário. Mesmo em processo de debilitamento, os estados ainda reúnem condições de formular e estabelecer agenciamentos políticos em favor da sociedade, tornando factível que as fronteiras nacionais pudessem se abrir ou fechar, de maneira a aparar assimetrias dos fluxos da globalização. Evidentemente, seria de se prever que esse jogo complexo e problemático, motivado pelo desejo de constituir formas de solidariedade entre os povos, encontraria fortes resistências nos interesses contrariados. Para além de presumíveis oposições advindas das corporações hegemônicas, que não deixam de ter suas bases em determinados estados, também resistências devidas à continuidade acrítica de hábitos cristalizados, aquietados e imobilistas em sua afeição à condição de subalternidade.

Procurávamos apontar, assim, para uma outra globalização, pautada pelo peso da solidariedade comunitária e não aquela do neo-liberalismo hegemônico, que continua a impor a lei do mais forte. Seria uma globalização solidária, embalada por uma dinâmica tendente a um mundo, figurado nos sonhos libertários, efetivamente sem barreiras. Isto é, sem as barreiras advindas do movimento, perverso em relação aos países não hegemônicos, dos fluxos avassaladores, de natureza imperial.

Ecologia cultural

O conceito de diferença aparecia-nos associado a uma espécie de ecologia cultural, capaz de propiciar interações sempre renováveis de matérias e campos discursivos diversos. Era esse solo simbólico da diversidade ativa, produtiva, que estava sendo implodido pela massificação dos produtos do *shopping* cultural da globalização. Diversidade, assim, não pode ser confundida com o consumo de produtos estandardizados, neles embutidos um determinado perfil de consumista. Por ecossistema, estávamos entendendo uma produtiva coexistência contraditória de pedaços de culturas diferentes, em processos contínuos de interações e mesclagens. Logo, como um ecossistema híbrido que não se afina à previsibilidade dos produtos

dos *shoppings* culturais, nem com identidades míticas, construções cristalizadas, imaginadas no passado.

Não há sentido em se procurar rastrear pretensas culturas “puras” em estratégias de depuração, pois qualquer recorte do passado leva-nos, ao contrário, à evidência de que se trata de construções que legitimaram hegemonias sociais e de que tais construções ordenaram o diverso em função de interesses dominantes. Tendo em conta que as configurações culturais são híbridas e apontam para várias temporalidades e espaços, não é possível deixar convergir para elas redes discursivas que têm referenciais locais, regionais e nacionais. Melhor ainda, referenciais comunitários supranacionais, conforme já indicamos anteriormente. A imagem ecológica leva-nos a um sujeito concreto, historicamente situado, e será a partir de seu *lócus* que procurará acessar um mundo que se articula em rede.

Convém ainda ponderar que os indivíduos ou grupos de indivíduos com vínculos presenciais definidos, com sentimento de pertencer a determinado espaço, constituem a esmagadora maioria da população. Não pertencem a uma minoritária elite cosmopolita, cuja ideologia procura fazer acreditar na universalidade de seu *lócus* privilegiado. É assim que esse campo intelectual cosmopolita se imagina e procura naturalizar suas perspectivas políticas. Sua lógica desconsidera interações internas, tendendo a assimilar os modelos articulatórios do capitalismo financeiro como índice de valor.

Ao contrário dessas postulações, há um anseio por um lugar, que é justamente o local físico de onde os indivíduos e grupos de indivíduos acessam ou julgam capazes de acessar o mundo. A partir da consideração desse *lócus*, o método comparatista reúne condições de permitir evidenciar, em estudos contrastivos, diferenças não apenas entre os países de nossa contextualidade cultural, mas também as internas a cada um deles. São diferenças identificadas com experiências históricas e diversidades culturais análogas, que se configuram entre os estados nacionais enlaçados em rede pelas articulações comunitárias. Há uma rede a envolver Brasil e Moçambique, como se observa no “Poema a Jorge Amado”, de Noêmia de Sousa, onde os dois países são aproximados pelas diferenças e aspirações comuns:

“O cais...

O cais é um cais como muitos cais do mundo...

As estrelas também são iguais

às que se acendem nas noites baianas
de mistério e macumba...
(Que importa, afinal, se as gentes sejam moçambicanas
ou brasileiras, brancas ou negras?)
Jorge Amado, vem!
Aqui nesta povoação africana
o povo é o mesmo também
é irmão do povo marinheiro da baía,
companheiro Jorge Amado,
amigo do povo, da justiça e da liberdade”²¹!

Este poema de 1949, vinculado à atmosfera ideológica do *front populaire* antifascista que se iniciou no período entre-guerras, é revelador de como o repertório empenhado que Jorge Amado ajudou a construir, circulou entre os países de língua oficial portuguesa. Pode-se afirmar que o compartilhamento de um repertório cultural com múltiplos pontos de convergência permite a construção de poemas como o de Noêmia de Sousa, onde o local, o nacional e o étnico confluem supranacionalmente para o comunitário, este imbricado no social.

Em relação às inclinações dos estudos de literatura comparada, afirmam-se assim diferenças que nos aproximam através de traços múltiplos de nosso comunitarismo cultural. Ao comparatismo que adveio das circulações literárias decorrentes de hegemonias coloniais e imperiais, necessário para o entendimento de vertentes de nossa cultura, procuramos destacar a importância de um comparatismo embaçado pela solidariedade entre os setores não-hegemônicos de nossa sociedade. Radicavam-se aí facetas de nossa cultura escamoteadas pelas ideologias dominantes. O rastreamento desses traços e das dinâmicas que estabelecem na atualidade seria também repertório para formas prospectivas de nos inserirmos ativamente em termos de política cultural.

Diante da assimetria dos fluxos globalizadores e do prestígio de seus enredamentos mercadológicos, é que temos reiterado a importância de laçadas comparatistas pela América Latina e pelos países de línguas portuguesa e espanhola. Seriam estratégias tendentes a construir conjuntos de rostos diferenciados, tais como eles se desenharam em nossas experiências históricas. Tais rostos híbridos, onde coexistem traços locais, regionais ou nacionais, tenderiam à construção de fronteiras múltiplas, não apenas para ações internas ao estado nacional, mas também externas. Em termos de globalização, essas ações

²¹ *Sangue negro*. Luanda: União dos Escritores Ango-lanos, 1988. p.136.

não deixariam de serem marcadas por modelos de trabalho hegemônicos, cujos produtos enchem as prateleiras dos *shoppings* culturais, mas a resistência não defensiva em relação às águas desses fluxos globalizadores permitirá ao comunitário não se reduzir a eles. Ao alargar-se do local ao supranacional, ele poderá valer-se da dinâmica dos novos fluxos estabelecidos configurando, em termos político-culturais, blocos que concertem ações interativas comuns.

Hegemonia financeira e fluxos da globalização

O movimento do capital financeiro, na atualidade, é bastante complexo e não permite a simples oposição dicotômica entre padronização e diversidade. A hegemonia do capital financeiro opera de forma vertiginosa em fluxos que diminuem continuamente distâncias por velocidades. É altamente flexível, enredando e operando em seu favor os produtos industriais. Essa flexibilidade, aliada à recursividade de suas estratégias, deixa a assimetria globalizadora capaz de movimentos surpreendentes, para lucrar de alguma forma, conforme assinalamos num ensaio mais recente:

“A consciência dessas potencialidades mercadológicas – entre a estandardização massificadora e a transformação da diferença em etiquetas predeterminadas – parece-nos ser um dos traços distintivos entre o que ocorre na atualidade globalizadora e as perspectivas impositivas, tradicionais nos processos coloniais e imperiais dos séculos passados. O novo Império, ao administrar em escala planetária, estreita as distâncias como nunca ocorrera anteriormente, procurando levar em consideração as margens das diferenças, sempre de olho no mercado. Procura assim também atender a um consumidor mais resistente à padronização, ganhando-o desde as instâncias da produção do bem cultural. Se antes prevaleciam as lógicas produtivas mais circunscritas a possíveis interesses nacionais, agora se impõem critérios das corporações supranacionais. Essa inclinação para a transnacionalidade não impede, contudo, que as corporações continuem a ter suas bases em determinados territórios, que regulam, a seu favor, os fluxos econômicos. São esses os novos territórios sacralizados, identificados com o Bem, com a supernação umbilicalmente associada às corporações e suas agências de controle. Lá se encontram igualmente os monumentos da nova ordem e, através de agências como o FMI, a OMC, o Nafta, etc., além – é evidente – de Hollywood e

sua fábrica de mitos: os paradigmas econômicos e os modelos simbólicos para o conjunto do planeta”³.

Considerávamos que estratégias puramente nacionais, que embalsamaram a modernidade, seriam além de insuficientes, equivocadas do ponto de vista político. Se há perversidade no debilitamento das fronteiras dos estados nacionais por parte do poder imperial e sua economia de mercado, essa fragilidade pode ser importante para a extensão de laços comunitários para além dessas fronteiras. Como estava em nosso horizonte uma perspectiva política confluyente com a formação de blocos e de fronteiras de cooperação, não ficaríamos assim restritos apenas às áreas culturais, mas haveria confluência para ações solidárias mais abrangentes. Pensávamos, nomeadamente, nas articulações governamentais que estavam sendo desenvolvidas timidamente nas chamadas cimeiras ibero-americanas e na CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. E também nos blocos econômicos como o Mercosul, que então engatinhava.

Essas conformações em blocos podem permitir estabelecer campos de resistência ao mundo do capital financeiro, com sua vertiginosa lógica do lucro, aliando acumulação do capital e mudança especulativa. David Harvey aponta “princípios gerativos” desse capitalismo:

“Podemos discernir, por trás do fermento da modernidade e da pós-modernidade, alguns princípios gerativos simples que moldam uma imensa diversidade de desfechos. Esses princípios, no entanto, fracassam flagrantemente (...) em termos da criação da novidade imprevisível, apesar da capacidade aparentemente infinita de engendrar produtos, de alimentar todas as ilusões de liberdade e de caminhos abertos para a realização pessoal. Para onde que vá o capitalismo, seu aparato ilusório, seus fetichismos e o seu sistema de espelhos não demoram a acompanhá-lo”⁴.

Diferentemente dessa reduplicação ao infinito dos espelhos, David Harvey opõe a tese de Pierre Bourdieu que destaca a improvisação regulada pelos hábitos adquiridos através da experiência histórica. São essas condições que estabelecem determinados parâmetros à invenção, estabelecendo limites. Talvez se possa fazer aqui uma observação: quando se fala em experiência histórica não se deve buscá-la apenas nos rastros do passado, mas nos gestos, às vezes

³ ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002. p. 18.

⁴ *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 13. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 308.

sonhadores, que embalaram os percursos. Dessa forma, a busca da diferença pode ser mais ampla e vista como práxis de afirmação da potencialidade subjetiva e não apenas submissão a uma objetividade teoricamente construída ou imaginada. Ou como diz Antonio Machado, no Canto XXIX, de *Provérbios y cantares*:

“Caminante, son tus huellas
el camino, y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar
Caminante, no hay camino,
sino estelas en el mar”⁵.

⁵ *Poesias completas*. Madrid: Espasa-Calpe, 1978. p. 200.

No mar da vida, não há um caminho, mas estrelas que orientam o caminhar. Olhar para trás implica ver trajetórias que não se repetirão. Nesses caminhos, entretanto, poderíamos acrescentar, é possível divisar formas de práxis, que podem levar a inferir o sentido dos impulsos que motivaram atores de outras configurações históricas. As práxis, em suas interações teoria e prática, consubstanciadas em projeto, vão definindo possíveis caminhos para quem não deixa de observar estrelas, que se elevam no mar da vida, figurando horizontes.

Agenciamentos comunitários e interações culturais

Refletir sobre a diferença, significava para nós, nos princípios dos anos 90 e continua a significar na atualidade, situá-la num processo de agenciamentos comunitários que têm um solo histórico. No Brasil, esse solo cultural é enfaticamente híbrido, pela presença dos povos ameríndios e africanos, além dos europeus. A pluralidade cultural dos asiáticos (Oriente Médio) também fez sentir seus efeitos desde os tempos coloniais; mais recentemente houve influxos migratórios desse continente. Tais interações levaram-nos à consideração de uma diferença cultural complexa, interativa, onde a cultura brasileira se alimentava produtivamente de pedaços de muitas culturas, sem deixar de sofrer os efeitos dos imbricamentos com os *patterns*

hegemônicos nos fluxos culturais. Logo, seria importante destacar em nossa literatura esses instáveis processos de identificação, em cuja dinâmica se efetuam contínuas atualizações dessas matérias culturais complexas. Procurávamos nos afastar, assim, dos espartilhos ideológicos de identidades míticas, voltadas para um passado, que também não deixava de ser uma construção. Na voz de Carlos Drummond de Andrade, em “Camões: história, coração, linguagem”, encontramos:

“Dos heróis que cantaste, que restou
senão a melodia do teu canto?
As armas em ferrugem se desfazem,
os barões nos jazigos dizem nada.
É teu verso, teu rude e teu suave
balanço de consoantes e vogais,
teu ritmo de oceano sofreado
que os lembra ainda e sempre lembrará.
tu és a história que narraste, não
o simples narrador. Ela persiste
mais em teu poema que no tempo neutro.
universal sepulcro da memória”⁶.

Em relação aos estudos comparados, nos limites da língua portuguesa, tratava-se de verificar, por exemplo, o que existia da cultura portuguesa ou das dos países africanos na literatura do Brasil; da cultura brasileira ou dos países africanos na literatura de Portugal; ou das culturas do Brasil e de Portugal nas literaturas africanas de língua portuguesa. Há um diálogo, embutido nas formas literárias que circulam entre os países de língua portuguesa. E, na circulação dessas formulações do imaginário, pode ser evidenciada, como no poema de Drummond, uma visão crítica do repertório que nos envolve.

As formas literárias das culturas de língua portuguesa circulam, assim, permitindo uma visão crítica de um imaginário intercambiado. Essa criticidade reúne condições de ser mais apurada pela intersecção de outras experiências históricas. Em Drummond, no diálogo entre as culturas brasileiras e portuguesas, há uma apropriação crítica desse imaginário, desideologizando o repertório poético de apropriações conservadoras. E a literatura comparada, nesta perspectiva, mais do que o estudo de dois ou mais escritores de

⁶ Apud ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Camões – épica e lírica*. São Paulo: Editora Scipione, 1993. p. 62.

diferentes literaturas, dois ou mais textos dispostos lado a lado, se mostra campo fértil para a discussão de uma questão crítica mais abrangente e que envolve as duas culturas. Com o procedimento, partindo da literatura, poderíamos ainda imbricar, em suas formulações discursivas e do imaginário, discursos de outras áreas do conhecimento e de outros campos artísticos.

A busca da diferença conflui assim para a concepção de heterogeneidade constitutiva, malhas discursivas, também elas tendentes ao rompimento de fronteiras estáticas. Mais, pois esse movimento para “fora” deveria ser visto em sua interatividade, conformando um campo intelectual supranacional. A interação e a recursividade são possíveis pela existência desse campo, onde encontramos sujeitos concretos capazes de olhar contrastivamente para sistemas nacionais – o seu e os dos países abarcados pelos horizontes comunitários.

Potencialidade subjetiva

O comparatismo, com inclinações ao comunitarismo cultural, estava imbuído de um certo utopismo, como indicamos atrás. Uma utopia entendida como um “princípio esperança”, para nos valer da formulação de Ernst Bloch. Utopismo concreto, não abstrato, concretizado em projetos e motivado pelas potencialidades subjetivas de quem tem sonhos diurnos. Imaginar a constelação de países iberoafro-americanos, com os pés no Brasil atual, ampliando na medida do politicamente possível redes de articulação com essa inclinação, se nos afigurava um horizonte proveitoso para nossas pesquisas desenvolvidas no âmbito do comparatismo literário. Parecia-nos fundamental relevar essa potencialidade do sujeito (individual ou coletivo), procurando interações onde cada participante da interação comunitária (individualmente ou em grupo) seria levado, pela práxis, a internalizar o fato de que ele seria a razão de ser desse processo interativo.

A práxis assim entendida reuniria condições de desenhar uma nova *persona* inclinada a descartar, do ponto de vista crítico, hábitos arraigados, desde os tempos coloniais. Constituiria ações tendentes a não aceitar importações, como exemplo, à maneira que se fez no passado e continua a ocorrer no presente, das últimas modas críticas, sem as devidas contextualizações. Estaria subjacente a ela a consciência de que os “nós” da vida social, diante de uma concepção de

mundo que se organiza em rede, interagem com muitas outras séries discursivas, demandando atualizações situacionais próprias e criativas.

É nas interações desses campos que se afirma a função social da literatura. É por aí, combinando estratégias políticas, éticas e discursivas, que segundo Renato Cordeiro Gomes, Ricardo Piglia procura

“recuperar resíduos utópicos da literatura. O escritor argentino fala, então, no paradoxo da língua privada da literatura que é o rastro mais vivo da linguagem social. A intervenção política do escritor se define, antes de mais nada, na confrontação com os usos oficiais da linguagem, naquilo que ele chama de “ficções oficiais”. Não é à toa, que, ao findar sua conferência em Havana, ele evoque as “Cinco dificuldades para escrever a verdade” requeridas por Brecht: ter a coragem de escrever a verdade; ter a inteligência de reconhecer a verdade; possuir a arte de tornar a verdade manejável como uma arma; ter a capacidade de escolher aqueles em cujas mãos a verdade se torna eficiente; ter a astúcia de divulgar a verdade entre muitos, de difundi-la. Assim o escritor argentino postula um modo de imaginar as possibilidades de uma literatura futura ou as possibilidades futuras da literatura”⁷.

A voz do crítico brasileiro soma-se à do argentino Piglia, que está em Cuba e leva a Brecht. Os fios da rede enlaçam-se em nó discursivo compartilhado, diante da atração das “possibilidades futuras da literatura”. Envolve essa reflexão o sentimento de pertencimento comunitário, sob os horizontes latino-americanos, articulado ao influxo do campo intelectual supranacional da arte empenhada. O porta-voz dessa arte é Brecht, cujo discurso aponta para formas mais amplas de solidariedade.

Hibridez e solo histórico

Os sentidos da diferença, que embalavam nossas pesquisas, levavam-nos a buscar, assim, traços de confluências entre culturas pautadas pela hibridez. Nada das mesclagens subordinantes, afins da ideologia das elites brasileiras, que vêm do século XIX, onde a mistura era veículo de valorização de suas próprias colorações. Embutida na idéia de miscigenação, estava a tendência à valorização dos padrões étnicos e culturais dominantes. Apontava-se, com “falsa consciência”, nas formulações ideológicas que tiveram origem no Segundo Império, para processos de branqueamentos culturais e para formas de democracia

⁷ “O intelectual e a cidade das letras”. In: MARGATO, Izabel & GOMES, Renato Cordeiro. Organizadores. *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 127.

racial como estratégias de manutenção da hegemonia dessas elites.

Ao contrário dessas formulações, procurávamos apontar a diferença de nosso tecido cultural híbrido e o fato de nossa cultura encontrar sua dinâmica justamente nesses constituintes diversificados, que não se reduziam a uma síntese monológica. Encontrávamos em nossa mistura e nas contradições que nos envolviam. Esse contexto situacional, configurado nas redes comunitárias, poderia interseccionar-se com redes discursivas de outros sistemas literários, de forma a constituir enlaces supranacionais mais amplos e complexos, como apontam os seguintes versos do poema “Coração em África”, de Francisco José Tenreiro:

“(...) de coração em África com as mãos e os pés trambolhos
disformes
e deformados como os quadros de Portinari dos estivadores do
mar
e dos meninos ranhosos viciados pelas olheiras fundas das fomes
de Pomar
vou cogitando na pretidão do mundo que ultrapassa a própria cor
da pele
dos homens brancos amarelos negros (...)
Deixa-me coração louco
deixa-me acreditar no grito de esperança lançado pela paleta de
Rivera
e pelos oceanos de ciclones frescos das odes de Neruda;
deixa-me acreditar que do desespero másculo de Picasso sairão
pombas
que como nuvens voarão os céus do mundo de coração em África”⁸.

⁸ *Obra poética*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991. p. 82-83.

As referências ibero-afro-americanas articulam-se, no mesmo poema, com redes étnicas que levam aos EUA e à África:

“Mac Gee cidadão da América e da democracia
Mac Gee cidadão Negro e da negritude
Mac Gee cidadão Negro da América e do Mundo Negro
Mac Gee fulminado pelo coração endurecido feito cadeira elétrica
(do cadáver queimado de Mac Gee do seu coração em África e
sempre vivo
floriram flores vermelhas flores vermelhas flores vermelhas
e também azuis e também verdes e também amarelas
na gama policroma da verdade do Negro”⁹.

⁹ *Obra poética*, p. 80-81.

As redes supranacionais, em que o étnico confluiu para o social, não se mostram construídas em abstrato, mas a partir da situação de cada sujeito, tomado em sua dimensão coletiva, sob mediação do campo intelectual e suas ramificações supranacionais. O poeta está na Europa e, com o “coração em África”, enlaça o movimento cultural da época, com ênfase nas culturas ibero-afro-americanas e matização ideológica panafricanista. A execução racista de Mac Gee veio a ocorrer em meio do protesto da intelectualidade, não apenas dos EUA, mas de todo o mundo. No poema de Tenreiro há referência aos *blues* e ao *jazz*, um tópico dos poemas panafricanistas – um “nó”, em termos de rede, que se estabelece a partir de um acesso africano. Esta é a situação histórica do após-guerra específica das inclinações não só do poeta, mas também do campo intelectual supranacional de seu tempo, tal como se situava nas margens do Atlântico de língua portuguesa. A diferença de Tenreiro, em relação ao campo articulador, é de que em África estava sua via de acesso para articulações de sentido libertário. Mais do que a afetividade de seu coração, uma postura intelectual.

Os “nós” das redes, como se observa, interseccionam campos discursivos diversos, que se atualizam em situações históricas e solos determinados, não abstratos, onde atuam atores sociais que têm história e são impulsionados por suas potencialidades subjetivas. Nesse sentido, cada atualização situacional é capaz de estabelecer um fluxo, constituindo uma intersecção que ocorre num determinado espaço, não apenas virtual. Observemos, para ilustrar possibilidades estéticas de uma explicitação interseccionista, o poema “Chuva Oblíqua”, de Fernando Pessoa:

“Atravessa esta paisagem o meu sonho dum porto infinito
E a cor das flores é transparente de as velas de grandes navios
Que largam do cais arrastando nas águas por sombra
Os vultos ao sol daquelas árvores antigas

O porto que sonho é sombrio e pálido
E esta paisagem é cheia de sol deste lado...
Mas no meu espírito o sol deste dia é porto sombrio
E os navios que saem do porto são estas árvores ao sol

Liberto em duplo, abandonei-me da paisagem abaixo...

O vulto do cais é a estrada nítida e calma
 Que se levanta e se ergue como um muro,
 E os navios passam por dentro dos troncos das árvores
 Com uma horizontalidade vertical.
 E deixam cair amarras na água pelas folhas
 [uma a uma dentro... (...)]¹⁰

¹⁰ *Obra poética*. 16. reimp.
 Org.: Maria Aliete Galhoz. Rio
 de Janeiro: Editora Nova
 Aguilar, 1998. p. 113.

“Liberto em duplo”, o poeta atualiza conscientemente duas configurações discursivas, de temporalidades distintas: a observada e a sonhada. São imagens sobrepostas, onde o filtro polifacetado do poeta obtém efeitos plásticos dessa intersecção, que se efetiva em movimento, como num cinematógrafo. Manifestam-se, dessa forma, as marcas de um sombrio lócus enunciativo, em contraste com uma paisagem de sol. Embora o poeta português sonhe com um “porto infinito”, ele está em 1914, na cidade de Lisboa, sensibilizado pelos movimentos vanguardistas e perspectivas estéticas finiseculares. A sobreposição constitui um nó discursivo para onde confluem essas perspectivas artísticas, sob a atração de um novo perspectivismo, que motivava o projeto literário de Fernando Pessoa.

Em cada um dos nós, conjugavam-se assim malhas discursivas que se encontram num sujeito ou grupo de sujeitos provenientes de um contexto “textual” e também de seus contextos situacionais. Deve ser considerado inclusive o contexto tecno-físico de onde se “fala”, fato que demanda uma determinada atualização dessas redes, além dos direcionamentos para onde convergem os fluxos. Tais sujeitos têm os pés num determinado lugar e será a partir dessa posição que circulará sua cabeça. Não se trata, evidentemente, de um local fixo, pois as situações enunciativas são variáveis demandando contínuas reorganizações da experiência histórica.

A administração da diferença

Dessa maneira, as redes discursivas, ao apontarem para o solo nacional, são interativas. Na dinâmica das articulações comunitárias, implicam recursividade e a vetorização supranacional. Essa inclinação se faz, não obstante e é importante reiterar, num lócus enunciativo determinado, sem abstrações. Se um crítico literário tem seu contexto situacional numa universidade norte-americana, por exemplo, ele não pode desconsiderar o fato de que seu discurso não

deixa de estar associado a estratégias hegemônicas desse país, que pode inclusive aceitar a capitalização da diferença. Uma diferença evidentemente que se consubstancia em produtos, desde a imagem democrática do país a mercadorias mais diretamente comercializáveis. Haverá, além disso, um “reconhecimento” internacional da instituição onde trabalha, que receberá alunos, inclusive dos países não-hegemônicos. A partir dessa situação, serão criadas as condições para convênios interinstitucionais com esses países.

É provável que o fluxo cultural hegemônico, configurado em teorias e correntes críticas, poderá ter um entreposto associado. Se esse porto for efetivamente crítico, é de se presumir que veiculará fluxos de natureza diferente daqueles da estandardização da cultura de massa, mas suas práxis não deixarão de apresentar vetorização equivalente. Sem contextualização das redes discursivas intervenientes na nova situação, o porto corre o risco de ser particularidade de um desenho mais abrangente da administração da diferença. O lócus, no caso da sublocação, não deixa de estar no centro hegemônico, que imprime o fluxo da rede. Sua hegemonia permite-lhe que tolere a diferença, desde que seja uma diferença administrada. Através de estratégias de convergência dessa administração, a diferença poderá inclusive dinamizar a rede hegemônica.

O campo intelectual supranacional, construído por esse fluxo assimétrico, na lógica das redes, pode cooptar intervenientes de outros lócus, para além das fronteiras nacionais. A simples aceitação passiva da sublocação evidentemente reproduz acriticamente o mesmo, descontextualizando-o por desconsiderar ou minimizar redes locais, regionais ou nacionais. Se os intercâmbios são necessários, o intelectual envolvido em redes dessa natureza deve ter consciência das matizações políticas envolvidas. Não apenas implicações políticas de ordem geral, mas em função de sua própria práxis, que não pode ser simples reprodutora de conformações já estabelecidas. Uma rede interativa é constituída de sujeitos capazes de produzirem impulsos, tornando recursivos os fluxos dominantes.

É importante para a condição do intelectual acadêmico, assim, que esses atores compreendam o sentido político das intersecções situacionais que de forma consciente ou não confluem para seu discurso crítico. Estabelecem-se agenciamentos de toda ordem, tornando inevitáveis atitudes políticas, onde o convívio entre o hegemônico e as diferenças não pode redundar na neutralização des-

sas últimas. Isto é, em algo parecido com as formulações mitológicas da democracia racial brasileira, já mencionada. Democracia efetiva pressupõe o convívio ativo de diferenças. A fala construída num centro hegemônico pode ter largo alcance, mas, à maneira de Edward W. Said, ela deve ser contrapontística. Se os canais da instituição acadêmica que se situam num espaço geográfico definido podem se alimentar da diferença dessa postura intelectual, eles poderão veicular, no mesmo fluxo comunicativo, concepções contra-hegemônicas. É um jogo de sentido político e o intelectual consciente deve conhecer suas implicações. Na universidade, como na vida social em geral.

Os atores de um campo intelectual supranacional efetivamente crítico devem estar atentos para o implícito das formulações hegemônicas. Atualizações críticas, nesse sentido, não podem ignorar os cruzamentos discursivos de contextos situacionais provenientes das relações de pertencimento desses sujeitos. Mesmo adotando atitudes críticas como se estivessem em situações psicossociais de migrantes, eles não dialogam em abstrato, mas com culturas diferentes, provenientes de experiências históricas que têm suas singularidades. E estar nos EUA não é como estar no Brasil ou em qualquer outra parte do planeta, como aparece nos discursos globalizadores tendentes à neutralização da diferença e à sublocação do mesmo. Se os óculos críticos advindos dessa circulação cultural podem aguçar a percepção, em função da própria criticidade eles não podem implicar convergências ópticas inclinadas à preservação da continuada colonização do imaginário nas regiões ou países situados na periferia do capital.

Poder-se-ia afirmar que entre a periferia e o centro há agenciamentos discursivos motivados pelas articulações de cada nó, que configuram o lócus enunciativo. Centro e periferia não se afiguram na prática como categorias estanques, dicotomicamente fechadas, mas como situações em tensão, intercorrentes, de natureza híbrida e contraditória. Ocorre, nesse sentido, a possibilidade de visão mais concreta das diferenças de quem se situa nas margens, cujas perspectivas podem relevar distonias do centro e o sentido imperial da assimetria de seus fluxos. É imprescindível essa reflexão crítica e uma atitude eticamente responsável para esse sujeito que está fora do centro hegemônico. Só assim ele não moldará seu rosto com a máscara da subalternidade, aceitando uma diferença imposta. Ao contrário, situando-se como sujeito de seu discurso ele procurará

seus pares comunitários para fazer face à ideologia dominante. Como as situações são misturadas e podem ser vistas em termos de hegemonia, então é possível estabelecer fronteiras de solidariedade, por exemplo, até entre o centro da periferia e a periferia do centro. Há o específico de cada uma dessas situações, mas também possibilidades de articulações para reverter fluxos imperiais e estandardizadores que não abrem espaços para as diferenças.

A diferença intelectual e a universidade

Tradicionalmente, é função do intelectual o trabalho de reflexão sobre essas redes de confluências discursivas. Sua própria consciência constitui um lócus enunciativo, de onde ele acessa essas redes. Faz parte de seu papel estabelecer distanciamentos críticos para refletir sobre os sentidos dessas interconexões. Não se trata, contudo, de construir pretensas práticas de não-envolvimento, inclusive aplicando uma espécie de “não” sistemático para todas as situações. Tais atitudes sempre se mostraram simulações, na prática articulações ideológicas tendentes à legitimação da ordem estabelecida. Por outro lado, em oposição a essa negatividade, a positividade iluminista, numa crença quase messiânica na razão, se mostrou problemática. Essa postura pode revelar-se historicamente contraditória. Observe-se, nesse sentido, o que ocorreu durante a modernidade, em algumas formas de apropriação autoritárias ou totalitárias, onde ela foi instrumentalizada como legitimadora de hábitos avessos à razão crítica dessa mesma condição intelectual.

Parece-nos que há a necessidade de dissociar a adesão afetiva, própria das situações de pertencimento comunitário, local ou transnacional, do distanciamento crítico. Há agenciamentos entre essas malhas discursivas – configuradoras de laços de adesão e de distanciamento – que devem ser explicitados pelo intelectual. Afirmar-se assim uma diferença que não é aquela proveniente do isolamento, mas de uma participação ativa enquanto práxis social. Isto é, uma situação em que o sujeito, ao exercer sua atividade intelectual, modela não apenas seu discurso, mas também seu próprio rosto.

Estamos focalizando aqui o papel do intelectual, tal como o vemos na universidade. Em princípio, o professor universitário deveria ser um intelectual, como ocorreu desde os tempos de formação dessas instituições. Não é o que ocorre na atualidade, onde a universidade

formadora do pensamento e voltada para a busca do conhecimento novo distancia-se cada vez mais dessa missão para se tornar uma empresa de serviços. Afasta-se da diferença que questiona e se fixa no saber estabelecido, lócus do pensamento crítico, para se firmar como um centro reprodutor do conhecimento dirigido diretamente para o mercado.

Nessas condições, o papel do intelectual que se limita a programar seus alunos para práticas previsíveis reduz-se a de um profissional prestador de serviços. Em lugar da diferença que realça as contradições de configurações problemáticas, introduzindo a necessidade de reflexão, aparecem posturas simplificadoras que reduzem as configurações complexas do pensamento crítico, associado à investigação científica, a figuras na forma de bulas pragmáticas para serem aplicadas sem maior reflexão.

Não obstante a profissionalização que envolve as atividades universitárias, com os docentes sendo compelidos a cumprir o rito acadêmico, cada vez mais situando-se como prestadores de serviço, é nelas que se pode construir um espaço para a reflexão crítica e a pesquisa, um “espaço quase utópico”, na observação de Said, em *Representações do intelectual*¹¹. Nesses pequenos espaços a diferença intelectual tem condições de se afirmar, não se afinando com o papel do profissional especialista, inclusive na literatura:

“No estudo da literatura, por exemplo, (...) a especialização significou um crescente formalismo técnico e, cada vez menos, uma compreensão histórica das verdadeiras experiências que realmente se concretizaram na composição de uma obra literária. A especialização significa perder de vista o trabalho árduo de construir arte ou conhecimento; como resultado, não se consegue ver o conhecimento e a arte como escolhas e decisões, compromissos e alinhamentos, mas somente em termos de teorias ou metodologias impessoais. No final, como um intelectual totalmente especializado em literatura, você fica domesticado e aceita qualquer coisa que os chamados grandes especialistas nesse campo pontificam”¹².

Não é desejável, em função da reflexão e pesquisa inovadora, que o docente se espartilhe nos paradigmas aceitos, não ultrapassando fronteiras estatuídas. É possível ultrapassar esse ritual do trabalho seguido por quem procura “ganhar a vida”, de maneira a se voltar para a construção de saberes que tenham como horizontes a eman-

¹¹ Trad. de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 86.

¹² *Representações do intelectual*, p. 80.

cipação e a liberdade dos indivíduos e dos povos. É inerente a sua condição intelectual que ele questione sempre o sentido de suas ações, acessando interconexões na forma de redes, para que não fique restrito à monologia da especialidade. Sua práxis, assim articulada ultrapassará o mundo reduzido do especialista. Não cabe, no papel social do intelectual universitário, circunscrever-se a uma função meramente instrumental, como lhe vem sendo imposta pelos sistemas educacionais. Para além do trabalho rotineiro, sua condição de intelectual, não apenas de um profissional especialista, solicita hábitos críticos mais largos, que coloquem sempre em discussão questões socialmente importantes.

Em relação à situação específica da universidade brasileira, registra-se cada vez mais um declínio desse intelectual empenhado na busca de um conhecimento novo, que reúna condições de repercutir na vida social. Nas últimas décadas, ele foi engolido pela ascensão dessa profissionalização (a universidade entendida como um emprego, como outro qualquer); hábitos rotineiros, submissão à burocratização e à ideologia da competitividade quantificada nas tabulações do rito acadêmico. Essa situação é assim observada por Vera Lúcia Follain de Figueiredo:

“a partir dos anos 70, nas universidades brasileiras, cada vez mais, a produção de um contingente significativo de professores das áreas de ciências humanas e sociais não chega a ter nenhum tipo de interferência no rumo dos acontecimentos no país – vazio que tende a ser preenchido pela burocracia acadêmica e pelo acirramento de uma competitividade estéril. O próprio papel de multiplicador de idéias, tradicionalmente desempenhado pelo professor, passa a ser menos valorizado, já que, na sociedade de consumo, o espaço da sala de aula perde prestígio como instância capaz de contribuir de forma decisiva para a formação da juventude, de conferir legitimidade aos comportamentos individuais. Por outro lado, isolados da comunicação com a produção intelectual e artística de países “periféricos”, recebendo informações sempre mediadas pelo Primeiro Mundo, os profissionais da academia são levados a pensar apenas segundo os padrões ditados pelos centros hegemônicos¹³”.

¹³ “Exílios e diásporas”. In: *O papel do intelectual hoje*. p. 146.

Campos reflexivos compartilhados

Não é possível ao intelectual universitário, evidentemente, desconsiderar as dinâmicas sociais e das solicitações de mercado. Se é socialmente necessário que ele estabeleça uma ponte entre sua práxis e as solicitadas por essas demandas, que não o faça de forma acrítica. Uma efetiva inserção de seus alunos no trabalho exige a consideração do ensino enquanto práxis: adesão afetiva e distanciamento crítico conjugados, tendo como horizonte inscrever não apenas na pele, mas em profundidade, hábitos de busca contínua do conhecimento. Aprender a aprender, aprender com criatividade para apreender o objeto de conhecimento. Para tanto, o professor não pode ser apenas um profissional, por mais “produtivo” que seja em termos quantitativos. Sua condição exige espaço para a reflexão, um campo crítico que se exerça para além das contingentes solicitações de mercado. A vida social solicita gestos críticos mais amplos, só possíveis através da compreensão de um mundo de fronteiras interativas múltiplas.

As reflexões, para o professor universitário que ainda guarda sua condição intelectual, não se estabelecem mais de forma isolada e em ritmo lento, como anteriormente. São dominantes, na atualidade, campos reflexivos compartilhados, em situação de diálogo, quer estejam nos laboratórios, quer nas revistas críticas ou científicas que são expressão de redes interativas. Serão verdadeiramente intelectuais e não apenas profissionais especializados no serviço de ensinar, aqueles atores pautados por uma interdiscursividade mais ampla. Suas reflexões reúnem condição de serem mais criativas em função dos horizontes configurados por essas redes presenciais ou virtuais. Limitar-se às redes virtuais pode implicar uma dominância do individualismo como forma de sociabilidade, como indicou Manuel Castells¹⁴. E o compartilhamento em projetos comuns, inclusive abrangendo áreas intercorrentes do conhecimento, cria a possibilidade de dinâmicas que não se conformam com a tendência ensimesmada do especialista. Há entre atores participantes uma diferença produtiva, que converge para o relevo multifacetado do objeto do conhecimento. Tais observações, é de se repetir, valem para situações de campo compartilhado, desde os laboratórios até às revistas críticas.

É possível, assim, recuperar a “esperança” na possibilidade de um mundo mais justo e libertário. Não através de autoritárias vozes

¹⁴ *A galáxia da Internet. Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade.* Trad.: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 111.

imperativas que apontam monológicos caminhos reveladores, mas de projetos coletivos interativos, que efetivamente possam contribuir para a atenuação do individualismo contemporâneo. A interatividade dos sujeitos configura-se no objeto construído. Afirmam-se, assim, relações democráticas, enquanto práxis a envolver sujeito e objeto. São relações com condições de respeitar os outros e que estão ausentes no pretense respeito à diferença, dominante nas sociedades competitivas da atualidade, quando esse respeito é confundido com indiferença social. As diferenças dos outros são toleradas, na exacerbação individualista, como decorrência do fato de que eles não merecem nenhuma consideração.

No projeto compartilhado, a interatividade instaura um processo coletivo que torna problemática a própria noção de autoria individual. Se o projeto estiver afeito às circunscrições da corporação capitalista, a propriedade patrimonial de seus resultados já estará definida, de acordo com o pragmatismo do empreendimento, pautado pela lógica do lucro. Se vinculados às instituições estatais, as pesquisas não precisam de mediação das esferas mercadológicas. Os resultados serão mais facilmente predicados aos atores envolvidos, destacando suas respectivas competências, podendo vir a beneficiar diretamente o conjunto da sociedade. Um trabalho compartilhado, assim entendido, não necessita ter na competitividade um objetivo central. A interação em torno da busca do conhecimento reflexivo ou tecnológico pode propiciar hábitos de uma solidariedade ativa, pela convergência do diverso em torno de objetivos comuns. Tal convergência envolve não apenas atores e papéis diversificados, mas também campos discursivos e áreas do conhecimento variadas, o que torna previsível um resultado igualmente de muitas faces, não estanque, também ele em processo.

Sem isolamentos, na discussão de questões socialmente relevantes, os intelectuais universitários podem ter, na inserção ativa na vida sociocultural, um corolário de sua práxis. As interlocuções com outros atores, nas redes que lograrem estabelecer, marcarão as possíveis inclinações do campo intelectual, com efeitos variáveis, dependendo da capacidade impactante de sua malha comunicativa. Nessas interações, mesclas de diferenças fazem emergir produtos híbridos, ou fluxos híbridos, em termos de comunicação e de veiculação de configurações do conhecimento. E a esperança, princípio de impulsão inerente ao pensamento utópico, pode se afastar

de matizações messiânicas, afins de um discurso pautado pela singularidade reveladora, para figurar como desejo ou aspiração que se consubstancia em projetos compartilhados, colocados agora, felizmente, no plural. Não mais equivocados modelos unitários, mas possibilidades abertas, interativas, balizadas, é verdade, por parâmetros flexíveis, com a abrangência necessária para uma efetiva democratização, capaz de comutar a ideologia da competitividade, dominante hoje nas esferas sócio-econômicas, pelo princípio de uma solidariedade ativa.

